



PEDIDO DE COMPRA: 000951 / 2026
EMIÇÃO: 12/05/2026
SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

Objetivo: Aquisição de Câmaras para Conservação de Imunobiológicos para Farmácia de Medicamento Especial (FME).

Justificativa: O presente processo de Licitação visa suprir a necessidade atual junto a Farmácia de Medicamento Especial (FME) da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA, referente a conservação de medicamentos e insumos perecíveis. A conservação destes materiais é essencial para garantir que os mesmos estejam em condições adequadas para serem distribuídos aos pacientes, de modo a garantir a saúde dos mesmos.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto possui natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O presente processo de licitação tem por objeto a aquisição de Câmara para Conservação de Imunobiológicos destinada à Farmácia de Medicamentos Especiais (FME) da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, visando garantir o adequado armazenamento e conservação de medicamentos, imunobiológicos e demais insumos termolábeis distribuídos aos pacientes atendidos pela rede pública municipal de saúde.

A aquisição do equipamento é necessária para assegurar a manutenção das condições ideais de temperatura exigidas pelos fabricantes e pelos órgãos reguladores competentes, preservando a qualidade, a estabilidade, a eficácia e a segurança dos medicamentos e insumos armazenados. A conservação inadequada desses produtos pode comprometer sua efetividade terapêutica, gerar perdas financeiras ao erário e colocar em risco a saúde dos usuários do sistema público de saúde.

A presente contratação também visa atender às normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao armazenamento de medicamentos termolábeis, proporcionando maior controle e monitoramento das condições de conservação, por meio de equipamento desenvolvido especificamente para essa finalidade, dotado de sistemas de segurança, alarmes, monitoramento de temperatura e autonomia energética para situações de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

A utilização de Câmara para Conservação de Imunobiológicos representa uma solução tecnicamente mais adequada quando comparada ao uso de equipamentos de refrigeração convencionais, uma vez que oferece maior precisão no controle térmico, estabilidade da temperatura interna, rastreabilidade dos registros e mecanismos de proteção contra oscilações que possam comprometer os produtos armazenados.

Dessa forma, a aquisição do equipamento contribuirá para a qualificação dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo maior segurança aos pacientes, redução de perdas de medicamentos, atendimento às exigências sanitárias vigentes e maior eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à assistência farmacêutica.

PECULIARIDADES DO OBJETO:

ITEM 01 – CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS

Quantidade: 04 (quatro) unidades.

Câmara para Conservação de Imunobiológicos, com as seguintes características técnicas:

- Capacidade interna de 700L;
- 220 volts;
- Temperatura programada entre 2 e 8°C, com possibilidade de ajuste de parâmetros;
- Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno;
- Degelo seco automático com evaporação de condensado sem trabalho adicional;
- Isolamento térmico mínimo de 70 mm nas paredes em poliuretano injetado expandido livre de CFC;
- Câmara interna construída em aço inoxidável;



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 08/06/2026

Hora: 15:54:07

- Prateleiras fabricadas em aço inoxidável perfurado, com regulagem de altura, permitindo acesso direto às vacinas;
- Porta de vidro triplo, com sistema antiembaçante, vedação através de perfil magnético;
- Pannel de comandos e controles frontal superior, de fácil acesso, com sistema microprocessado pelo display em LCD ou LED. Teclas em soft touch;
- Sistema de alarme visual e sonoro de máxima e mínima temperatura, falta de energia ou porta aberta, dotado de bateria recarregável;
- Alarme passível de silenciamento temporário;
- Iluminação interna em LED, com acionamento na abertura da porta ou externamente no painel frontal;
- Sistema de emergência: bateria selada estacionária recarregável que permite autonomia por um período mínimo de 24 horas sem energia convencional;
- Chave geral de energia liga/desliga;
- Entrada USB para pen drive, para registro de temperaturas, alarmes e eventos sem utilização de software ou computador;
- 02 (dois) termômetros, sendo 01 (um) imerso em solução glicérica (simulando temperatura da vacina) e 01 (um) sensor interno no ar para o controle da temperatura.
- 04 (quatro) rodízios, com freios;
- Equipamento com registro na ANVISA;
- Garantia mínima de 01 (um) ano.
- Garantia mínima de 01 (um) ano.
- Certificação comprobatória de eficiência emitida pelo INMETRO, para os insumos de certificação compulsória.

* A empresa interessada deverá apresentar juntamente com sua proposta FOLDER, MANUAL OU CATÁLOGO contendo descritivo detalhado e especificação técnica do equipamento.

VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 31/12/2026.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação de Contratação e seus quantitativos encontra-se detalhado no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR anexo a esse TERMO DE REFERÊNCIA.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atender à necessidade administrativa identificada consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à aquisição, junto a empresa especializada, de Câmara para Conservação de Imunobiológicos, conforme especificações técnicas detalhadas neste Estudo Técnico Preliminar e posteriormente no Termo de Referência.

A opção pela aquisição do equipamento decorre da análise técnica e econômica realizada no item referente às alternativas disponíveis no mercado, que concluiu pela inviabilidade das demais soluções avaliadas, tais como a utilização de refrigeradores convencionais, a locação de equipamentos especializados e o compartilhamento com outras unidades ou órgãos públicos. A necessidade permanente de armazenamento adequado de medicamentos, imunobiológicos e demais insumos termossensíveis exige a disponibilização contínua de equipamento específico, capaz de assegurar condições adequadas de conservação, monitoramento e segurança.

Sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 11



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 08/06/2026

Hora: 15:54:07

da Lei Federal nº 14.133/2021, a aquisição direta apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo autonomia operacional, disponibilidade permanente do equipamento e maior controle sobre sua utilização e manutenção.

A Câmara para Conservação de Imunobiológicos é um equipamento desenvolvido especificamente para o armazenamento de medicamentos e insumos sensíveis à variação de temperatura, possuindo recursos de controle eletrônico, alarmes sonoros e visuais, monitoramento contínuo, sistema de emergência para falta de energia, registro de eventos e estabilidade térmica compatível com as exigências sanitárias vigentes. Tais características proporcionam maior segurança ao armazenamento dos produtos, reduzindo significativamente o risco de perdas decorrentes de falhas operacionais, oscilações de temperatura ou interrupções no fornecimento de energia elétrica.

A aquisição do equipamento contribuirá diretamente para a melhoria da estrutura da Farmácia de Medicamentos Especiais (FME), proporcionando maior segurança no acondicionamento dos medicamentos distribuídos à população, preservando sua qualidade, eficácia terapêutica e integridade durante todo o período de armazenamento.

Do ponto de vista econômico, a solução proposta mostra-se mais vantajosa ao longo da vida útil do equipamento, uma vez que o investimento inicial é compensado pela redução dos riscos de perdas de medicamentos, pela diminuição de custos decorrentes de substituições de produtos inutilizados e pela maior confiabilidade no controle das condições de armazenamento exigidas pelos órgãos reguladores.

Cumprе destacar que a presente solução está em conformidade com os objetivos do planejamento das contratações públicas previstos no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, representando a alternativa mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa identificada, assegurando a continuidade dos serviços públicos de saúde e a adequada gestão dos medicamentos disponibilizados à população.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição da Câmara para Conservação de Imunobiológicos constitui a solução mais eficiente, segura e vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público.

Os equipamentos deverão:

Ser registrados junto à ANVISA ou, quando aplicável, documento oficial que comprove sua dispensa de registro perante o órgão competente;

Certificação comprobatória de eficiência emitida pelo INMETRO, para os insumos de certificação compulsória.

* A empresa interessada deverá apresentar juntamente com sua proposta FOLDER, MANUAL OU CATÁLOGO contendo descritivo detalhado e especificação técnica do equipamento.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO

A empresa contratada deverá prestar assistência técnica e manutenção corretiva durante todo o período de garantia do equipamento, sem ônus para o Município, incluindo mão de obra, deslocamentos, transporte, peças e componentes necessários à correção de defeitos de fabricação ou funcionamento. A assistência técnica deverá ser prestada por empresa autorizada, credenciada ou especializada, localizada a uma distância não superior a 550 (quinhentos e cinquenta) quilômetros do Município de São Luiz Gonzaga/RS.

Considerando que a Câmara para Conservação de Imunobiológicos é um equipamento essencial para o armazenamento adequado de medicamentos e insumos termossensíveis, sua manutenção preventiva e corretiva é indispensável para assegurar a continuidade das atividades da Farmácia de Medicamentos Especiais (FME) e a preservação da qualidade dos produtos armazenados.

Eventuais falhas no funcionamento do equipamento podem ocasionar perdas de medicamentos de elevado valor financeiro, comprometimento dos tratamentos disponibilizados aos pacientes e riscos à saúde pública. Dessa forma, torna-se necessária a existência de assistência técnica especializada apta a atender as demandas do Município de forma célere e eficiente.

O deslocamento do equipamento para assistência técnica em localidades demasiadamente distantes poderia gerar custos adicionais à Administração, ampliar o tempo de indisponibilidade do equipamento e aumentar os riscos relacionados à interrupção do adequado armazenamento dos medicamentos. Por essa razão, faz-se necessária a definição de um limite geográfico razoável para a prestação dos serviços de manutenção durante o período de garantia.



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 08/06/2026

Hora: 15:54:07

A definição do limite de 550 quilômetros foi estabelecida com base em critérios técnicos e operacionais, considerando o tempo de deslocamento, os custos logísticos envolvidos, a necessidade de rápida resposta em casos de manutenção corretiva e a disponibilidade de empresas especializadas aptas a realizar os serviços exigidos.

Durante a fase de planejamento da contratação foi realizada pesquisa de mercado, sendo identificadas empresas aptas a prestar assistência técnica e manutenção para equipamentos dessa natureza dentro do limite estabelecido, conforme demonstrado abaixo:

BIOTECNO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ: 04.470.103/0001-76 (LOCALIZAÇÃO: ESTRADA MUNICIPAL JOÃO HERMES, Nº 915, BAIRRO GLÓRIA, SANTA ROSA/RS - CEP: 98785-810 | DISTÂNCIA: 113KM)

CLIMA CERTO ALEX PEREIRA BLUMBERG – CNPJ: 05.351.428/0001-00 (LOCALIZAÇÃO: RUA ALAN KARDEC, Nº 1343, BAIRRO SÃO GREGÓRIO, DOM PEDRITO/RS - CEP: 96450-000 | DISTÂNCIA: 370KM)

DOUGLAS LUCAS MOREIRA – CNPJ: 27.086.621/0001-96 (LOCALIZAÇÃO: RUA DEZONTO DE MAIO, Nº 2014, BAIRRO CENTRO, BAGÉ/RS - CEP: 96400-270 | DISTÂNCIA: 437 KM);

Consermed – Assistência Técnica Hospitalar Rua Condores, 321 - Porto Verde - Alvorada - Rio Grande do Sul (DISTÂNCIA: 503 KM);

- Considerando a existência de empresas especializadas aptas a prestar assistência técnica em distância máxima de 500 km da sede do Município, não havendo comprometimento da competitividade do certame;
- Considerando que a licitação não impõe restrição geográfica indevida à participação dos interessados, mas estabelece condição necessária para garantir atendimento adequado às necessidades da Administração;
- Considerando que a indisponibilidade prolongada da Câmara para Conservação de Imunobiológicos pode comprometer o armazenamento adequado de medicamentos e insumos termossensíveis, ocasionando prejuízos ao serviço público de saúde;
- Considerando que a Administração necessita de atendimento técnico especializado em prazo razoável, de modo a evitar interrupções nas atividades da Farmácia de Medicamentos Especiais (FME);
- Considerando que a limitação geográfica estabelecida visa assegurar maior eficiência na execução contratual, sem restringir a ampla concorrência;

Conclui-se que a exigência de assistência técnica especializada localizada em um raio máximo de 550 quilômetros do Município de São Luiz Gonzaga/RS mostra-se tecnicamente justificável, proporcional e compatível com o interesse público, assegurando condições adequadas para manutenção do equipamento e continuidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto possui natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

Câmara para Conservação de Imunobiológicos, com as seguintes características técnicas:

- Capacidade interna de 700L;
- 220 volts;
- Temperatura programada entre 2 e 8°C, com possibilidade de ajuste de parâmetros;
- Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno;
- Degelo seco automático com evaporação de condensado sem trabalho adicional;
- Isolamento térmico mínimo de 70 mm nas paredes em poliuretano injetado expandido livre de CFC;



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 08/06/2026

Hora: 15:54:07

- Câmara interna construída em aço inoxidável;
- Prateleiras fabricadas em aço inoxidável perfurado, com regulagem de altura, permitindo acesso direto às vacinas;
- Porta de vidro triplo, com sistema antiembaçante, vedação através de perfil magnético;
- Pannel de comandos e controles frontal superior, de fácil acesso, com sistema microprocessado pelo display em LCD ou LED. Teclas em soft touch;
- Sistema de alarme visual e sonoro de máxima e mínima temperatura, falta de energia ou porta aberta, dotado de bateria recarregável;
- Alarme passível de silenciamento temporário;
- Iluminação interna em LED, com acionamento na abertura da porta ou externamente no painel frontal;
- Sistema de emergência: bateria selada estacionária recarregável que permite autonomia por um período mínimo de 24 horas sem energia convencional;
- Chave geral de energia liga/desliga;
- Entrada USB para pen drive, para registro de temperaturas, alarmes e eventos sem utilização de software ou computador;
- 02 (dois) termômetros, sendo 01 (um) imerso em solução glicerol (simulando temperatura da vacina) e 01 (um) sensor interno no ar para o controle da temperatura.
- 04 (quatro) rodízios, com freios;
- Equipamento com registro na ANVISA;
- Garantia mínima de 01 (um) ano.
- Certificação comprobatória de eficiência emitida pelo INMETRO, para os insumos de certificação compulsória.

* A empresa interessada deverá apresentar juntamente com sua proposta FOLDER, MANUAL OU CATÁLOGO contendo descritivo detalhado e especificação técnica do equipamento.

2. PRAZO, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA:

2.1. Após a homologação do certame, será formalizado o competente instrumento contratual com a empresa vencedora. Após a assinatura do contrato, o Setor Administrativo da SEMSA emitirá e encaminhará à contratada a **Autorização de Fornecimento**, acompanhada da respectiva **Nota de Empenho**, quando aplicável.

2.2 O fornecimento do objeto contratado deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da contratada e aceitação expressa do contratante.

2.2.1. O equipamento deverá ser entregue montado, instalado, configurado e em pleno funcionamento, acompanhado dos respectivos manuais de operação e certificados exigidos pela legislação aplicável.

2.3. A entrega deverá ocorrer na sede da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, situada na Rua Fernando Machado, Nº 2899, Bairro Agrícola - São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97800-000, **SEM QUAISQUER CUSTOS PARA O MUNICÍPIO**, incluindo frete, seguros, taxas, tributos e demais despesas necessárias ao cumprimento da obrigação.

2.3.1. A Contratada deverá comunicar formalmente ao Contratante eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa e proposta de cronograma, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, ficando a prorrogação condicionada à análise e aceitação do Contratante.

2.4. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica e manutenção corretiva do equipamento, sem ônus para o Município, incluindo mão de obra, deslocamentos, transporte, peças e componentes necessários à correção de defeitos de fabricação ou funcionamento.

2.5. O recebimento do objeto **NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DO LICITANTE CONTRATADO** quanto aos vícios ocultos ou defeitos que se manifestem durante a utilização normal do bem, aplicando-se, no que couber, as disposições legais pertinentes.

2.6. Por ocasião da entrega, caso seja verificado que os produtos não atendem às especificações exigidas, poderá a



COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 08/06/2026

Hora: 15:54:07

Administração rejeitá-los, no todo ou em parte, obrigando-se a contratada a promover a substituição do bem não aceito no prazo de **15 (quinze) dias** contados de sua notificação.

2.7. Os itens deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a garantir sua integridade e segurança durante o transporte, responsabilizando-se a contratada por quaisquer danos decorrentes de embalagem inadequada.

2.8. A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com o objeto, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

2.9. A empresa contratada deverá, no tocante ao fornecimento e à entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes.

2.10. O objeto do presente contrato será recebido:

2.10.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

2.10.2. Definitivamente, por servidor (GESTOR) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado, após verificação do atendimento integral às exigências contratuais.

2.10.3. O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação do correto funcionamento do equipamento, à conferência de todas as características técnicas exigidas neste instrumento e à comprovação da entrega dos manuais, certificados e demais documentos exigidos para sua utilização.

3. PAGAMENTO:

3.1. Os pagamentos serão efetuados em **até 30 (trinta) dias** contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, após o recebimento definitivo do objeto, devendo constar no documento fiscal, ou acompanhá-lo, o atestado de recebimento devidamente assinado pelo fiscal do contrato.

3.2. O documento fiscal deverá ser emitido pelo estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3.3. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

4.1. São obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Efetuar o devido pagamento à Contratada, na forma e nos prazos estabelecidos neste contrato.

f) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.1.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, contado do protocolo do requerimento, para decidir, admitida prorrogação motivada, por igual período.

4.1.2. O Contratante deverá responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 01 (um) mês, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos previstos no edital e neste contrato e em sua proposta, assumindo integralmente e exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

b) Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os bens entregues em desacordo com o pactuado;

f) Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato ou da autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

g) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitados da Previdência Social e para aprendiz, quando aplicáveis;

i) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

j) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.



k) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

l) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo autorização expressa do Contratante.

5. SANÇÕES:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Em razão das infrações administrativas, poderão ser aplicadas, observada a gravidade da infração, a extensão do dano causado, a reincidência e demais circunstâncias relevantes, as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista no edital e no contrato;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo legal;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. EXTINÇÃO

6.1. O contrato será extinto quando cumpridas integralmente as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo final de vigência.

6.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2.1. Nas hipóteses de extinção contratual, aplicam-se, no que couber, os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A extinção do contrato não constitui óbice ao reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, na hipótese em que será devida indenização, mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021.

6.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7. HABILITAÇÕES

Os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, na forma do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes disposições:

7.1. Habilitação Jurídica:

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
- d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de



registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de regularidade perante a Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, bem como com o Município de São Luiz Gonzaga/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional - CTN, ou outra equivalente, na forma da legislação vigente;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- e) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, a ser realizada diretamente no sistema eletrônico quando do envio da proposta.

7.3. Habilitação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para sua apresentação, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

8. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, em situação ativa, em nome da licitante.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Após a adjudicação e homologação pela Autoridade Superior, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação para assinatura do contrato. Os equipamentos serão devidamente requisitados pela SEMAS, **prazo máximo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período** contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE seja realizada a entrega no local indicado na ordem de fornecimento, conforme descrito no item 04 deste termo de referência.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 6.910, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de SÃO LUIZ GONZAGA/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

A gestão da ata de registro de preços e a execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do CONTRATANTE, através dos servidores MARIA ENGROFF MACHADO, matrícula 4830 – Titular e FRANCESCO RIBEIRO BORCHARTT, matrícula 5991 – Suplente a quem competirá comunicar ao Gestor do Contrato as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato e solicitar a correção das mesmas.

A Secretária Municipal de Saúde, Sra. CLARI RAMBORGGER, será a Gestora do contrato. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 08/06/2026

Hora: 15:54:07

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade **Pregão**, na sua forma **Eletrônica**, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. As propostas devem ser apresentadas dentro do orçamento estimado para a contratação, de acordo com a estimativa de valores apresentados no Estudo Técnico Preliminar.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada considerando a quinatidade máxima de cada item, o valor total de R\$ 97.865,32.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 6871 de 2022, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

PESQUISAS DE PREÇOS REALIZADAS: LICITACON - TCE/RS, PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SISTEMA TAG.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

09.01 10 0303 0330 1057 449052 00 00 00- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE- 0621.26.

Recursos oriundos da Portaria SES Nº 1.253/2025